

# Rede de Controle vai fortalecer combate à corrupção

Na manhã desta quarta-feira (25/3), instituições do Executivo, Legislativo e Judiciário que atuam na fiscalização do uso de recursos públicos assinaram protocolo de intenções para formar uma Rede de Controle da Gestão Pública. A assinatura foi na sede do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília.

O presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar, reafirmou a importância de somar esforços dos três poderes para dar ao Brasil efetividade no controle de verbas públicas. “Este é o momento de enfrentarmos de mãos dadas a corrupção existente no Brasil. Precisamos sair deste isolamento e só assim nos tornaremos parceiros na luta contra o desvio de recursos público”, destacou. Segundo ele, a assinatura do contrato é o passo inicial para a efetividade na rede de controle. “Cabe agora aos dirigentes ficarem responsáveis por assegurar o trâmite do processo, a parte concreta”.

A rede de controle buscará mais efetividade nas ações do Estado a partir de parcerias estratégicas que devem refletir diretamente no combate a desvios de dinheiro e corrupção. A atuação coordenada também trabalhará para definir diretrizes comuns, e no estabelecimento de compromissos e de ações conjuntas voltadas à fiscalização e ao controle da gestão pública.

O protocolo começa a ser implementado em abril por meio de oficinas de trabalho com participação de representantes de todos os órgãos e entidades envolvidos na parceria. A organização e a realização das oficinas ficam, inicialmente, a cargo do TCU.

Participaram da assinatura o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Ubiratan Aguiar, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Ayres Brito, da Fazenda, Guido Mantega, da Justiça, Tarso Genro, do Planejamento Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, da Previdência Social, José Pimentel, ministros do TCU e representantes do Ministério Público junto ao TCU. Participaram também representantes do Senado, da Câmara dos Deputados, do Ministério Público Eleitoral, do Ministério Público de Contas, entre outras autoridades.

## TCU define regras para troca de informações em ações de controle

Para tornar mais ágil a fiscalização de recursos, o Tribunal de Contas da União (TCU) definiu as regras que devem orientar o intercâmbio de informações com outros órgãos. O TCU tem acordos de cooperação com instituições da administração pública e a resolução pretende tornar as parcerias mais efetivas e concretizar a rede nacional de controle da gestão pública.

Segundo o ministro Valmir Campelo, que relatou o projeto de resolução, a medida, “de maneira bastante oportuna, procura dar concretude aos acordos assinados, com a aprovação de regras que permitirão o desencadeamento de ações efetivas no campo da integração entre os diversos órgãos e entidades que atuam na área, reunindo forças numa corrente que pela primeira vez será colocada em prática no Brasil.”

A definição das normas para troca de informações e documentos foi proposta pelo presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar. Na próxima semana o tribunal assina protocolo de intenções com entidades da administração pública para formar uma rede de controle nacional. O objetivo é buscar soluções para combater desvios e para que as ações do Estado retornem benefício efetivo para a sociedade.